

CURSO DE CIENCIAS SOCIAIS - UEMS/AMAMBAI MS.

RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE A ALDEIA INDIGENA JAGUAPIRE E ASSENTAMENTO VITORIA DA FRONTEIRA.

Acadêmico: Paulo Apolinario Bispo

RESUMO

Este é um trabalho que será desenvolvido na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e tem como objetivo principal a pesquisa na Aldeia Indígena Jaguapiré e Assentamento Vitoriam da Fronteira localizada no Município de Tacuru Estado de Mato Grosso do Sul através de referencia bibliográfica e pesquisa de campo, tem como foco principal mostrar para a sociedade acadêmica como é realidade dos produtores rurais que ali vivem e quais foram as fases que os trabalhadores passaram para conquistar suas propriedades e como os dois grupos convivem atualmente. Quais os benefícios que o Assentamento Vitoria da Fronteira trouxe para o Município e para a aldeia buscando sempre o ponto positivo e o negativo entre os dois grupos que convivem praticamente no mesmo Território, mas com característica diferente

Atualmente a Aldeia Indígena Jaguapire possui aproximadamente 300 famílias de etnia Guarani/ Kaiowa onde os mesmo vivem da agricultura, caça e pesca e com a ajuda do Governo Federal/FUNAI e do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul onde são distribuídas mensalmente cestas básicas para as famílias para complementar a renda.

O Assentamento Vitoria da Fronteira possui atualmente 288 familias de assentados onde os mesmo sobrevivem da agricultura e da pecuária. A maioria de seus produtos é vendida na cidade, a produção de leite é vendida para as empresas de laticínios e também é vendido na cidade nas casas e comércios locais.

Palavras-chave: Duas Historia mesma realidade.

1 INTRODUÇÃO

O latifúndio sempre foi um grande problema no Brasil, desde 1.530 quando a coroa portuguesa distribuía grandes glebas para o plantio é cobrado um sexto da produção. Após a independência do Brasil em 1.822 o problema fundiário agravou se ainda mais, pois ali nasciam os conflitos entre os latifundiários que até então não envolviam trabalhadores, pois a maioria eram escravos, mas sim os proprietários

donos das Terras e os chamados de grileiros que eram apoiados por grupos armados. Com a lei da terra editada em 1.850 proibindo a ocupação de áreas publicas e permitindo a posse das Terras somente com o pagamento em dinheiro os latifundiários ganharam mais força, pois os pequenos proprietários foram perdendo suas terras para os grandes de forma ilegal.

Com a Proclamação da República em 1.889 e com a libertação dos escravos o poder político continuou nas mãos dos grandes latifundiários, os chamados Coronéis dominavam as grandes propriedades rurais no interior do Brasil e a distribuição e a legalização das Terras continuou sendo um problema para os pequenos proprietários.

Com o início da industrialização no final dos anos 50 e início dos anos 60 a questão fundiária tornou-se motivo de debate para o Estado, pois muitos estavam mudando do campo para as cidades e a urbanização estava crescendo precocemente, com isso o governo viu a necessidade de criar um órgão que cuidasse especificamente da posse das Terras de forma legalizada, com este intuito o Governo Federal em 1960 criou o primeiro órgão chamado de SUPRA que significava superintendência de Reforma Agrária. Com o Golpe Militar em 1.964 extinguiu-se a SUPRA e fundou-se o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma AGRARIA) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrario) onde foi editado o Estatuto da Terra Lei 4.504/1964 que tinha por objetivo a realização da reforma agrária.

Em 09 de Julho de 1970 através do decreto 1.110 foi criado o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que tinha como objetivo principal a Colonização da Amazônia, levando povos de várias regiões do Brasil às margens da estrada transamazônica com incentivos fiscais para grandes projetos agropecuários. Com a redemocratização em 1.984 foi criado o decreto 97.766 de 10 de Outubro de 1.985 que criou o plano nacional de reforma agrária, que tinha como meta distribuir 43 milhões de hectares de terras para o assentamento de 1,4 Milhão de Famílias até 1.989, quatro anos depois esse número triplicou em números de assentados. Por questões políticas e ideológicas o INCRA foi extinguido em 1.987 e voltou a ser recriado em 1.989, em 29 de Abril de 1.996 criou-se o Ministério extraordinário de Política Fundiária que ficou vinculado ao INCRA.

Em 14 de Janeiro de 2.000 criou-se o Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA), órgão a qual o INCRA está vinculado atualmente.

O Assentamento Vitoria da Fronteira é uma comunidade de assentados criada pelo INCRA onde os mesmo vivem da fonte de renda própria, localizado na região rural do Município de Tacuru – MS. A Principal fonte de renda é a pecuária e a Agricultura Familiar, onde os mesmo sobrevivem do que produz através da venda no comercio local.

Fundado em Dezembro de 2007 no sistema de sorteio, o Assentamento possui 234 lotes, dividido em três setores sendo eles o assentamento Carimbó, Aguapei e Mundo Novo.

Para a conquista das propriedades rurais os assentados passaram por vários desafios sendo um deles ficar acampados a beira da rodovia denominada Guaira Porã pelo período de um ano. Após esse período de acampamento os mesmo se mudaram para a fazenda são José pelo período de um ano, mas porem como pré assentados. No ano de 2008 saiu o contrato das propriedades rurais entre o INCRA e os Assentados, contrato este denominado de concessão de uso onde os mesmo já estavam em sua propriedade como donatários.

Em entrevista com o Arquiteto e Urbanista do município de Tacuru – MS que ajudou a lotear o assentamento Vitoria da Fronteira, o mesmo disse que o processo de assentamento São Jose, hoje denominado Vitoria da fronteira passaram por vários desafios até a conquista das propriedades. No inicio do processo eram para serem assentadas 216 famílias no assentamento Água viva, mas como o numero de acampados eram superior ao da compra da propriedade rural, sendo que haviam três acampamentos para serem assentadas que são elas o acampamento Estrela Brilhante que depois mudou o nome para Aguapei, Carimbó e Mundo Novo. Na época eram cadastradas 420 Famílias aprovadas no numero de pessoas que estavam aptos no cadastramento do INCRA. Diante das dificuldades que os acampados estavam passando foram feito em 2.005 na rodovia MS 295 uma paralisação que bloqueou a rodovia chamada Guaira Porã causando um caos na época, resultando num engarrafamento de 16 quilômetros. Com a manifestação o INCRA sentiu se pressionado e acabou comprando a fazenda Água Viva, mas porem houve um problema do INCRA com a federação, o numero de vagas não condizia com o numero de cadastrados, com isto houve uma outra manifestação de bloqueio de rodovia dos acampados pressionando o a compra de mais uma propriedade rural para serem assentadas todas as famílias cadastradas na federação. Após a segunda manifestação o INCRA comprou a fazenda São Jose,

propriedade da família Junqueira.

Aprovada a compra das duas áreas surgiu um outro empecilho, parte da fazenda São José estava em litígio com a Aldeia Jaguapiré. Diante da situação em força conjunta com o Deputado Federal Vander Loubet e o superintendente do INCRA Luis Carlos Bonelli foi regularizado 720 hectares de Terras a comunidade indígenas da Aldeia Jaguapiré e liberando o restante da área para o Projeto de Assentamento. Depois de tudo legalizado ocorreu uma outra situação atrasando ainda mais o Projeto de Assentamento, a Deputada Federal na época Mariza Serrano entrevistou contra o projeto alegando que teria uma lei que não poderia ter assentamento rural na faixa de fronteira localizado em até 100 quilômetros, o processo foi parar no Supremo Tribunal Federal, com a intervenção o projeto não ficou paralisado somente no Município de Tacuru mas também no Município de Ponta Porã no Projeto de Assentamento Itamarati e também no Município de Itaquiraí no Projeto de Assentamento Santa Monica, essas discussões durou até o período de 2.007. Em Abril de 2.007 o Supremo Tribunal Federal derrubou a liminar da Deputada Mariza Serrano vetando a lei que proibia o assentamento na faixa de Fronteira e liberando para o INCRA a compra das áreas. Essas áreas foram compradas em Novembro de 2.007, sendo elas duas áreas a Fazenda Água Viva e a Fazenda São José. Essas duas áreas foram divididas da seguinte forma a fazenda Água Viva ficaria para os Agricultores ligado a FAFI (Federação da Agricultura Familiar) e a Área da fazenda São José ficaria para os Agricultores ligado a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores da Agricultura). No dia 08 de Dezembro de 2.007 na sede da Fazenda Água Viva houve a entrega social da propriedade mobilizando as Famílias de Agricultores para dentro das duas Fazendas. Durante esse período o Superintendente do INCRA foi exonerado do cargo e com este acontecimento a Instituição responsável pela distribuição das Terras alegou não ter recursos para o levantamento Topográfico e o desmembramento dos lotes. Diante do fato a Prefeitura Municipal de Tacuru fez uma pactuação com o INCRA, nesse pacto a prefeitura cederia o espaço físico os profissionais junto com a logística para a elaboração do Projeto e o parcelamento dos lotes. Em Janeiro de 2.008 uma equipe do INCRA executou o locação dos lotes, sendo distribuído cada um em 08 hectares nos dois Projeto de Assentamento Água Viva e São José, que depois de dividido em lotes para cada família ficou denominado da seguinte forma: P.A Vitória da Fronteira. O assentamento Vitória da Fronteira Atualmente conta com 234

Famílias de Assentados sendo elas 72 famílias de Sete Quedas, 18 famílias de Mundo Novo e 12 famílias de Itaquirai e seis do Município de Juti. O restante foi completado com famílias do Município. Atualmente o P.A Vitoria da Fronteira conta uma Associação denominado ela com o mesmo nome do Projeto.

Atualmente a Aldeia Indígena Jaguapiré possui aproximadamente 300 Famílias do grupo denominado Guarani Kaiowa onde os mesmo vivem da Agricultura Familiar e da ajuda de cestas Básicas do Governo Federal e do Governo do Estado em parceria com a FUNAI(Fundação Nacional do Índio) órgão ligado ao ministério da Justiça.

A Aldeia Indígena Jaguapiré é uma comunidade que faz divisa com o assentamento Vitoria da Fronteira e esta dividido apenas por uma divisa seca onde os dois grupos tem a livre passagem de ir e vir. Atualmente a comunidade Indígena da Aldeia Jaguapiré conta com uma Associação denominada A.L.A.J(Associação de Lideranças Indígenas da Aldeia Jaguapiré), onde os mesmo buscam projetos para manter o plantio da roça dentro da Aldeia.

2 REFORMA AGRARIA NO BRASIL.

De acordo com Lucia Gaspar (2.005), Reforma Agrária não é mera distribuição de terras. Trata se de um processo amplo de mudanças que passam pelo campo político, social, técnico e econômico.

Essencialmente visa a transferir a propriedade da terra de minorias latifundiárias para pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, objetivando o alcance de uma igualdade social maior, de melhor distribuição do poder político e de melhorias de ordem econômica. (GASPAR; LUCIA, 2005).

3 A REOCUPAÇÃO DO T.I JAGUAPIRÉ

De acordo com Tonico Benites (2004) a reocupação do território indígena jaguapiré se deu definitivamente em Maio de 1992, com uma extensão de 2.349 há. O território indígena Jaguapiré foi demarcado no ano de 1985 pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Dados históricos relatados pelos idosos mais antigos entre 1920 e 1950 várias famílias extensa do grupo Kaiowa já viveram no local, fato este que ajudou muito na demarcação conforme *ultra citado*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nome Assentamento Vitória da Fronteira é uma homenagem ao sacrifício e a luta dos assentados que teve durante o processo que derrubou o a lei que proibia os assentamentos na faixa de fronteiras. O Projeto de Assentamento Vitoria da Fronteira é muito importante para o Município, pois serve de passagem para a comunidade indígena interligando o acesso a aldeia, assentamento, cidade e ainda facilitando o acesso a MS 295. Como resultado o projeto trouxe vários benefícios para o Município sendo entre eles: A Agencia do Banco do Brasil que antes aram simplesmente um posto de atendimento, Posto de Gasolina, existia somente um na cidade, atualmente conta com três. Lojas de Materiais de Construção que antes eram uma, hoje existem quatro lojas. Lojas de Moveis que antes eram uma, atualmente possui cinco, Super Mercado que antes era um, hoje possui quatro, fora os mercados menores que se instalaram na cidade, oficinas que antes eram uma, atualmente conta com duas lojas de auto peças, borracharia que antes eram uma hoje conta com cinco. Oficina mecânica que antes eram uma, atualmente conta com seis. Devido ao aumento da população no Município foi necessário mais um Posto de atendimento do Banco Bradesco para atender as demandas dos Assentados e dos que necessitam deste serviço.

Muitos da população analisam como fato negativo o Projeto de Assentamento, mas na verdade com a vinda dessas novas famílias para o município varias coisas mudaram uma delas foram à concorrência no mercado local, onde os mesmo foram obrigados a baratear as mercadorias no comercio. Na educação o numero de frota de Ônibus Escolar mais que dobrou para atender a demanda da comunidade rural e dos assentados que dependem desses utilitários para se locomoverem ate a escola do município, na área da Saúde o município de Tacuru através da Secretaria Municipal de Saúde foi obrigado a comprar mais ambulâncias para atender os que necessitam desses atendimentos e contratar mais médicos para poder dar conta da população que aumentou precocemente.

Para finalizar este trabalho devemos analisar qual o ponto positivo e o ponto negativo que o projeto de assentamento trouxe para o município de Tacuru. Um dos principais aspectos positivo foi o numero de população que aumentou e com isso veio a aumentar também a renda do município. Um dos aspecto negativo foi o fato de a comunidade do assentamento estar sempre em conflito com a comunidade

indígena por motivo de roubo de pequenos objetos, pois as duas comunidades fazem divisa territorial.

A grande diferença entre esses dois grupos sociais é que de um lado por parte dos indígenas a luta foi contra o Estado para a retomada de seus territórios e por outro lado a luta é dos agricultores que não tinham terras para produzir lutam por uma reforma agrária iguais para todos, pois é um direito constitucional o direito de propriedade e o direito a terra. Tanto a comunidade indígena quanto os assentados passam por dificuldades para sobreviver da Terra, pois muitas vezes o Governo não dá suporte para os pequenos agricultores desenvolver seus trabalhos e nos territórios indígenas muitas vezes a falta de comprometimento do Governo com os grupos indígenas são esquecidos, pois é de triste relevância que sabemos que em muitos casos nas aldeias a falta de saneamento é precária.

Analisando os dois grupos sociais podemos perceber que ambas passam pela mesma dificuldades mas com características diferente e povos e raças diferentes, mas isso não é motivo para o Estado deixar de lado os problemas das comunidades citadas que desde o início da colonização são esmagado pelos latifundiários.

O grande problema atualmente entre esses dois grupos é que as grandes fazendas que existem ao redor do assentamento e da aldeia estão sendo tomado pelo plantio de eucalipto e isto está acabando com a natureza ao redor da aldeia e dos assentamentos, pois os rios estão secando e as terras estão enfraquecendo para o plantio. Outro problema que as duas comunidades estão passando em seus territórios são os agrotóxicos aplicados no plantio da soja onde os rios e igarapés acabam sendo poluído e acabam matando muitos dos seres aquáticos.

Outro fato preocupante é o alto índice de consumo de bebidas alcoólicas dentro da aldeia e assentamento, pois devido aos dois grupos sociais ficarem próximo a cidade muitos dos assentados montou comercio dentro de suas propriedades para a venda de mercadorias e junto com os produtos de venda acabam vindo muitas bebidas onde os indígenas acabam comprando e junto com o consumo de bebidas vem à exploração dos trabalhadores indígenas. Muitos deles acabam trabalhando em troca de bebidas e pelas mercadorias consumidas nas pequenas propriedades onde os indígenas trabalham.

Para finalizar esta pequena amostra do trabalho que será desenvolvido na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no Curso de Ciências Sociais, através

de pesquisa de campo e referencia bibliográfica, será analisado os pontos positivos e os pontos negativos entre esses dois grupos que passam por varias dificuldades materiais para manter suas terras em ordem e porque não falar das tradições e cultura do grupo Guarani Kaiowa que estão se perdendo no meio da civilização devido a proximidade da aldeia com a cidade e o assentamento. O assentamento Vitoria da Fronteira atualmente passa por varias dificuldades devido a falta de estrutura e investimento do INCRA que é responsável pela estrutura e investimento nos Projetos de Assentamentos. Atualmente os assentamentos e aldeias indígenas passa por um processo de dificuldade devido a troca de Presidente, pois todos os projetos relacionados a esses dois grupos estão parado. O assentamento que movimenta o município esta em baixa, pois devido a crise nacional a agricultura familiar não tem de onde tirar fontes para manter as pequenas propriedade e não tem de onde tirar seus próprios sustento para sobreviver. Vários agricultores estão abandonando suas propriedades para trabalharem nas fazendas devido a crise financeira, o mesmo acontece com os indígenas que muitas vezes são obrigado a abandonar suas casas na aldeia e irem trabalhar fora para manter a alimentação de suas famílias. A grande diferença é que os assentados procuram as fazendas para trabalhar em época de crise e os indígenas geralmente procuram as Usinas de Cana de Açúcar para manter seu próprio sustento. Um outro meio de se manter também é a colheita de maçã no Estado de Santa Catarina.

De tudo que foi abordado neste pequeno trabalho o que deve ser analisado são os impactos sociais que os dois grupos trazem para o município, por um lado falta de investimento do governo, por outro falta de colaboração com o grupo que ainda depende da caça e da pesca e do plantio para sobreviver e manter suas culturas e tradições. Fica aqui neste trabalho uma reflexão dos dois grupos que convivem praticamente no mesmo local e enfrentam varias dificuldades. O que deve ser analisado é o que deve ser feito para a estruturação desses grupos que muitas vezes são esquecidos pela sociedade.

5 REFERÊNCIAS

GASPAR LUCIA. (Bibliotecária da Fundação Joaquim Nabuco) **Reforma Agrária no Brasil**: Recife 24 de Fevereiro de 2.005. (atualizado em 16 de Setembro de 2.009). [Basílio.fundaj.gov.br](http://Basilio.fundaj.gov.br)

OLIVEIRA NELSON DE. **REFORMA AGRARIA NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA**: Coleção Movimentos Sociais. – Editora Loyola , Temas Reforma Agraria uso da Terra, Movimentos Sociais. www.pesquisa/geografia/reforma_agraria.htm.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) **Historia da Reforma Agrária**. www.incra.gov.br

ODILON TRINDADE VALENÇUELA (Arquiteto e Urbanista C.A.U - MS 7256725-4

Meyer, Luiza Gabriela Oliveira. Rumo à (des)colonização? : o direito de consulta e os seus (ab)usos na Reserva Indígena de Dourados (RID). / Luiza Gabriela Oliveira Meyer. – Dourados, MS : UFGD, 2014.

TONICO BENITES. **(REZANDO LUTANDO)**: O Movimento Histórico dos Aty Guassu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Rio de Janeiro: UFRJ/ MN/ PPGAS, 2014.